

## **DECOMPONDO UM MONUMENTO: NARRATIVA HISTÓRICA E LUTA POLÍTICA NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DO DUQUE DE CAXIAS.**

**ADRIANA BARRETO DE SOUZA**  
Doutoranda IFCS/ UFRJ

Em 25 de agosto de 1949, uma grande cerimônia oficial quebrava a rotina do centro da cidade do Rio de Janeiro. Era inaugurado em frente ao novo prédio do ministério da guerra um panteão em homenagem ao duque de Caxias. Para melhor compor o monumento que abrigaria seus restos mortais e os de sua esposa, a duquesa de Caxias, transferiu-se para o local a estátua equestre do marechal. A festa seguiu um programa extremamente minucioso e durou, desde o ato de exumação dos corpos até a inauguração do monumento, três dias<sup>1</sup>. Ela coroava na verdade um longo movimento de culto ao patrono do exército brasileiro iniciado ainda na década de 20. O duque de Caxias festejado nos discursos das altas autoridades ali presentes era um grande chefe militar a serviço de um Estado forte. O símbolo de uma república nacional conservadora que buscava na imagem do general um antídoto contra a indisciplina militar dos anos 20 e um exemplo de vida dedicada à unidade e integridade da pátria<sup>2</sup>. Uma memória tão bem elaborada que se tornou para as novas gerações de brasileiros o próprio Luiz Alves de Lima e Silva.

Um exame mais detalhado de um elemento central na composição desse evento – a estátua do duque de Caxias – nos fornece, contudo, indícios sobre o quanto a vida e atuação do general constituíram matéria-prima para a fundamentação dos mais variados projetos políticos ao longo da história. Cada um deles lembra, reelabora e silencia traços de sua biografia.

A estátua colocada sobre o mencionado panteão, se olhada com atenção, representa um outro Caxias. Seus traços são quase inertes: um cavalo sem movimento, a espada embainhada e um binóculo na mão<sup>3</sup>. Não há qualquer menção a seus feitos. O queorna a parte anterior do monumento é o brasão, a coroa e armas ducais. Na parte posterior, aparece somente a data de nascimento e morte do general. O escultor responsável pela obra, Rodolfo Bernardelli, tinha uma explicação para cada um dos símbolos. Caxias era para ele um estrategista, Osório teria sido o grande militar. Responsável pelo projeto da estátua dos dois generais brasileiros, os traços que Bernardelli esculpiu em bronze representam os interesses republicanos da última década do século XIX. O entusiasmo da nascente república pelo general Osório fica evidente no próprio local e forma como ele é representado. O general deveria saudar os visitantes estrangeiros em uma das principais praças da cidade, agora rebatizada, a praça XV de novembro. Uma ampla reforma foi realizada nos seus jardins para que não encobrissem o monumento e, ao contrário do que acontece com a estátua de Caxias, aquela que Bernardelli esculpiu em homenagem a Osório retrata uma situação de guerra: com uma das mãos o general controla um elegante cavalo em movimento enquanto com a outra empunha a espada no ar. O uniforme que porta é o de campanha, bastante simples. No primeiro degrau da parte anterior do monumento foram colocados emblemas de bronze dos principais atos da vida do general e na parte posterior o que Bernardelli denominou o *livro da história*. Há ainda um detalhe: apesar dos serviços prestados por Osório à monarquia também lhe terem rendido um título de nobreza, o título de marquês, essa passagem de sua biografia não é lembrada pelo bronze de Bernardelli. Caxias é o duque, um militar da monarquia, e como tal permaneceu por anos em posição secundária na memória histórica oficial, entre as copadas árvores da praça Duque de Caxias (atual Largo do Machado). Osório era então festejado como general do novo regime.

O monumento é composto por vários estratos de história. Nos limites do evento, podemos perguntar ainda sobre o motivo pelo qual essa estátua foi mantida na composição de um monumento que busca recuperar a imagem militar do duque de Caxias. Para isso, há algumas respostas possíveis. Primeiro, deve-se lembrar que esse ar de estrategista, para manter a expressão de Rodolfo Bernardelli, contribuía para afastar simbolicamente os militares das paixões e lutas

políticas. Uma argumentação que não é difícil de sustentar. Basta retomar os pronunciamentos realizados por ocasião da inauguração da estátua de Osório para ver que eles eram claros: Osório era o símbolo do soldado-cidadão. Um modelo de militar que teria sido responsável pela primeira intervenção do exército na política nacional, o golpe de 1889<sup>4</sup>. Essa foi a imagem criada pelo novo regime. Um Caxias estrategista colaborava assim para uma imagem inversa, de neutralidade. Se foi levado a participar da política em alguns momentos, Caxias o fez, como nos quer fazer crer a memória ainda em vigor, dentro dos limites do jogo constitucional e para defender os interesses nacionais. Um segundo elemento que se deve levar em conta é que a encomenda de uma nova estátua poderia abrir uma enorme polêmica, o que certamente não contribuiria em nada para o silenciamento dessa versão menos favorável a Caxias. Por fim, há um terceiro estrato desses embates memorialistas. Os responsáveis pela concepção do monumento talvez só tenham mantido a estátua porque acreditaram na lição dada ainda em 1878 pelo mais famoso dos biógrafos do duque de Caxias, o padre conservador Joaquim Pinto de Campos. Logo na primeira página de sua obra, ele afirma que:

“Tempos houve em que a sociedade pagava aos seus heróis esse feudo de admiração, rendendo-lhes culto como a semideuses, figurando-lhes além campa uma residência em intermúndios. Outra, e mais razoável, é hoje a recompensa dos coetâneos e a da posteridade: *monumento melhor e mais duradouro que os bronzes*, a imprensa consagra, perpetua, lega aos séculos, nomes e feitos dos varões prelados.”<sup>5</sup>

A idéia que o padre Pinto de Campos tem de uma biografia é bastante clara. Para ele, as biografias devem ser monumentos narrativos. Melhor que os de bronze porque consagram e perpetuam nomes e feitos, ou ainda, porque firmam uma memória.

Em 1936, entre as várias medidas adotadas pelo ministro da guerra para se consolidar o *culto a Caxias*, uma merece ser destacada aqui: a reedição para distribuição gratuita ao exército da biografia escrita por Pinto de Campos<sup>6</sup>. A história que ele nos conta é a que oficialmente deve ser guardada. Ou seja, há uma narrativa memorialista sustentando o monumento da avenida Presidente Vargas. A memória de Caxias por nós herdada foi em parte confeccionada ainda durante a monarquia e a vida do biografado, que a autorizou.

O padre biógrafo escreve de um lugar social bem definido. É importante não perder de vista que ele era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e legítimo representante do discurso conservador saquarema. O IHGB era no século XIX o centro oficial de produção da memória nacional. Coube ao Instituto delinear um perfil para a nação brasileira, fundamentando na história um projeto nacional e construindo seus mitos e representações<sup>7</sup>. Joaquim Pinto de Campos, além de pertencer a esse grupo de letrados comprometidos com a elaboração de um projeto centralizador, participou das disputas políticas que visavam a sua implantação. Ocupou por sete legislaturas uma vaga na câmara dos deputados como representante de Pernambuco e foi indicado por várias vezes para a lista tríplice do senado. Foi também um nome chave na repressão à rebelião praieira, reagrupando regionalmente as forças conservadoras em 1848<sup>8</sup>. Não por acaso escreveu duas biografias de grandes nomes do império – a de Caxias e uma sobre d. Pedro II, também durante a vida do imperador.

A *Vida do Grande Cidadão Brasileiro*, título de sua obra, não foi a primeira biografia escrita sobre Caxias. Três outros textos foram antes consagrados à vida do general<sup>9</sup>. Mas, sem dúvida, foi ela a responsável pela instituição de uma memória do duque. A reedição em 1936 dava à obra de Pinto de Campos um caráter oficial. Fazia dela – e não é demais reafirmar – a história que deveria ser contada às novas gerações. Mas não é só isso. Um outro bom indicativo da eficácia do processo de instituição de uma memória, coletiva ou individual, é a repetição, o quanto ela é lembrada. Isso atesta a vitalidade de uma memória, sua capacidade de mobilizar pessoas e produzir identidades<sup>10</sup>. Entre a publicação dessa biografia em 1878 e as últimas publicações do gênero, ocorridas na década de 1980, é possível registrar 51 títulos. Em todos esses textos, a estrutura narrativa é a mesma, raros são os casos em que encontramos uma informação original. Todos

repetem a *montagem* elaborada pelo padre. A tarefa que Pinto de Campos se impôs de erguer um monumento narrativo a Caxias foi muito bem sucedida.

É certo que a aceitação dessa *montagem* depende dos elementos que são levados em sua composição<sup>11</sup>. Há aí um jogo que lembra mas que também institui silêncios, formando uma espécie de matriz discursiva. No caso da biografia de Pinto de Campos, essa *montagem* opera dois grandes cortes e fixa um aspecto da trajetória de Caxias. O primeiro desses cortes procura apagar os traços de sua atuação política e reforçar a idéia de dever nacional que mencionei acima. O Caxias oficial do exército é separado do Caxias político e os inúmeros cargos e funções ocupados pelo chefe militar são apresentados pelo biógrafo como uma necessidade, ou ainda, uma exigência imposta pelas circunstâncias nacionais. Eles jamais expressam um interesse pessoal. Se Caxias assumiu encargos políticos, o fez em nome da nação. De forma bastante sagaz, Pinto de Campos, que se apresenta como seu amigo particular, lembra de uma confissão. Cansado, após uma vida dedicada à pátria, Caxias havia lhe confidenciado preferir “anos da mais dura guerra, a meses de ministério”<sup>12</sup>. Como se trata de uma confissão segredada, a frase não está sujeita a verificações. Porém, o mais surpreendente é que, posteriormente, esse tema desaparece como problema. Paulo Matos Peixoto, outro de seus biógrafos, se satisfaz em afirmar, seguindo o texto do padre, que existia uma incompatibilidade entre as “agremiações políticas” e as forças armadas<sup>13</sup>. Outros não mencionam mais, sequer, que tenha ocupado cargos políticos<sup>14</sup>.

Os anos de formação constituem a outra região de silêncio. Para os biógrafos a trajetória de Caxias não deve receber um tratamento uniforme. Uma fase merece destaque: aquela em que “entrou a acentuar-se essa alta individualidade”<sup>15</sup>. Aqui, as duas regiões de silêncio se sobrepõem. Lembrando que o ponto de emergência dessa individualidade nos textos biográficos é o ano de 1837, quando Caxias já com 34 anos iniciava uma etapa de sucessos de sua carreira, é possível perceber que há um ponto de interseção entre essas regiões. Em 1837 teve início a rebelião dos balaios. Em 1839, ele segue para o Maranhão. É a primeira grande campanha militar do então coronel. Ao debelar o movimento, é agraciado com o título de barão de Caxias – cidade centro da resistência dos balaios – e promovido a general brigadeiro. A um só tempo ingressa no grupo de oficiais gerais, o mais alto escalão do exército, e na nobreza brasileira. É, sem dúvida, o momento perfeito para se promover uma autonomização de Caxias e, portanto, para iniciar propriamente a narrativa de suas memórias. Por isso, apenas 26 páginas da obra de Pinto de Campos cobrem a fase anterior à Balaiada. Através do silenciamento das marcas iniciais de sua trajetória e de sua atuação política surge nessas biografias a figura do grande general brasileiro de que somos ainda herdeiros. É o encontro dessas duas regiões de silêncio que concorre para realçar um traço hoje naturalizado: a genialidade militar do duque de Caxias<sup>16</sup>.

\*\*\*

Militar e político, Caxias é conhecido através de textos biográficos que desejam impor a seus contemporâneos e à posteridade uma imagem heróica. A falta de pesquisas sistemáticas sobre sua trajetória e os poucos estudos existentes sobre o exército brasileiro no século XIX acabam contribuindo para a difusão de uma visão anacrônica da carreira militar.

É comum destacar que Caxias pertencia a uma família tradicional de militares portugueses. Mas o esforço rende no máximo uma lista com nomes, patentes e grau de parentesco. A lista é longa, é verdade. E o que isso significa? Onde esses dados podem nos levar? Creio que eles devem funcionar como um alerta de que estamos tratando de uma outra época e de que é preciso haver uma disponibilidade para pensar outros padrões de sociabilidade, critérios de organização da carreira militar e de estruturação do próprio exército. Não se pode ignorar que Caxias nasceu em 1803 e que o Brasil nesse momento era parte do Império Português. Foi para defender os interesses da Coroa na fronteira sul de suas possessões americanas que os primeiros Lima e Silva aportaram no Rio de Janeiro em 1767. Integravam um dos três regimentos portugueses que se instalaram na cidade. Encontraram aqui apenas três precários regimentos regulares. O restante da força

militar que guarnecia a cidade e seus arredores era composto por ordenanças e forças auxiliares. O sucesso da memória instituída sobre Caxias induz, nesse caso, a uma falsa sensação de familiaridade. Não havia ainda – é sempre bom reafirmar – um exército brasileiro<sup>17</sup>. Tradições militares diferentes eram alinhavadas segundo interesses conjunturais. Exército era a palavra empregada para nomear o conjunto dessas forças durante uma guerra. A chegada desses regimentos portugueses inevitavelmente alterou a lógica que organizava o espaço da cidade e criou novas formas de estratificação e hierarquização dessas forças militares. Ou seja, criou uma nova configuração social<sup>18</sup>, específica, que não serve para pensar as forças militares de outras regiões da mesma colônia. A aplicação do termo militares nesse contexto implica sempre riscos. Arriscamos perder essa dimensão plural do campo institucional e as suas nuances regionais. O jovem Luiz Alves era oficial do exército português no Ultramar. Ele assentou praça e recebeu as suas primeiras patentes como oficial do 1º. regimento de infantaria do Rio de Janeiro. Isso o coloca em um lugar muito particular e ajuda a redimensionar a importância de sua atuação nos anos posteriores. O que denominamos exército brasileiro só terá uma certa unidade alinhavada pela primeira vez através dos “movimentos de pacificação” da década de 1830 e 1840. Em outras palavras, através da circulação e atuação do próprio duque de Caxias. Ainda assim, essa unidade ocorrerá segundo princípios e valores particulares à época e que pouco lembram as noções de disciplina e de preparo técnico hoje naturalmente atribuídas à carreira das armas.

São vários os trabalhos que apontam o caráter aristocrático dos exércitos do século XVIII<sup>19</sup>. Um exército aristocrático é caracterizado por um baixo grau de profissionalização do corpo de oficiais. A Academia Militar em que o jovem Luiz Alves estudou, ao contrário do que se pensa, não era propriamente um centro de formação de oficiais: o ensino era fraco, a disciplina inexistia como valor militar e ela não era nem mesmo um pré-requisito para ingresso na carreira. A ascensão dentro da instituição dependia antes da prestação de serviços à Coroa, que tanto poderia ocorrer em campos de batalha como nas câmaras e gabinetes políticos. Não é minha intenção negar os sucessos militares de Caxias. Só acredito que pelo fato de ser um oficial formado em uma tradição militar aristocrática eles não podem ser pensados isoladamente, sem levar em conta sua inserção política. Esse é um outro traço do referido senso comum, para o qual já havia chamado atenção: o silêncio sobre sua vida política. O que geralmente se sabe é que Caxias era integrante do partido conservador. O interesse dessa pesquisa contudo recai sobre a dinâmica dessa vinculação. Nesse ponto, conto com o inestimável auxílio de pesquisas realizadas no campo da história política<sup>20</sup>. O Rio de Janeiro da década de 1830 é reconhecido como um importante laboratório para a formulação dos princípios políticos conservadores que organizaram a política nacional dos anos subsequentes. A primeira posição de comando exercida pelo então major Luiz Alves foi exatamente a de chefe da Guarda Municipal Permanente do Rio de Janeiro. Assumindo esse posto em 1832 e nele permanecendo por sete anos, foi um dos responsáveis pela repressão aos movimentos de rua ocorridos após a abdicação de Pedro I. Novamente é importante recuperar aqui sua inserção social. Durante esse decênio a família de Caxias ascendeu aos principais postos político-militares do país. Seu pai foi regente e senador do Império, um tio, Manoel da Fonseca de Lima e Silva, ocupou por duas vezes o cargo de ministro da guerra e esteve à frente da pasta da justiça, enquanto José Joaquim de Lima e Silva, outro de seus tios, assumia o comando de armas da cidade do Rio de Janeiro, o posto de Vogal do Conselho Supremo Militar e era eleito, em 1834, deputado pela província do Piauí<sup>21</sup>. Acredito assim que Caxias pertence ao grupo de jovens que marcados pela experiência desses conturbados anos é devidamente treinado pelas lideranças conservadoras a partir da última regência. Antes de seguir para combater os balaios no Maranhão e iniciar sua *carreira de pacificador*, foi convidado para acompanhar o então ministro da guerra Sebastião do Rego Barros em uma viagem ao sul do país com a intenção de reanimar as forças do governo depois de uma grave crise aberta pela deserção de chefes militares para o lado dos farrapos. O meu interesse portanto é pensar a política no âmbito da experiência<sup>22</sup>. Acompanhar a trajetória de Caxias de forma a recompor o jogo de identidades e oposições responsável pela formação de uma rede de solidariedade que, no caso específico, deu lugar a um projeto político. Até porque se foi essa rede de solidariedade que fez dele o *grande pacificador*

e um dos líderes do partido conservador, foi também sua lenta decomposição pela morte de muitos de seus companheiros que explica o desgaste de sua imagem durante a guerra contra o Paraguai e posterior isolamento político. As experiências vividas na década de trinta já eram para as novas gerações de políticos do império parte de um passado remoto o suficiente para não mais orientar ações políticas.

\*\*\*

Durante o tempo de duração desta pesquisa por diversas vezes as pessoas me indagaram quase indignadas: por que Caxias? A recorrência da pergunta chamou a minha atenção para o quanto a memória do general, que eu procurava olhar com um certo distanciamento, ainda era uma referência importante na organização de identidades políticas. Obviamente isso se deve a um outro estrato de história, bem mais recente. A repulsa que muitas vezes se sente pelo duque de Caxias deve-se a uma história ainda mais distante dele: os vinte e um anos de ditadura militar.

A preocupação central dessa pesquisa portanto é devolver Caxias à sua época. Acompanho sua trajetória para recuperar o jogo relacional a partir do qual sua ação como sujeito histórico efetivo, agindo, é capaz de adquirir sentido. Um exercício realizado sobre um vasto trabalho empírico e através do qual pretendo aproximar o leitor das estratégias de socialização, dos conflitos políticos e das relações sociais vividos por aquele que aprendemos a olhar como monumento.

## NOTAS

<sup>1</sup> O “Programa Geral das Comemorações” foi editado pela *Revista Militar Brasileira* de 25 de agosto de 1949.

<sup>2</sup> O ponto de partida dessa tese é o texto de Celso Castro sobre a instituição do culto a Caxias: *Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do exército brasileiro*. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.14, no.25, 2000. Sobre o projeto político que fundamenta esse movimento, ver: José Murilo de Carvalho, *Forças Armadas e Política, 1930-1945*. in: *A Revolução de 30, seminário realizado pelo CPDOC/FGV*. Brasília, Editora da UnB.

<sup>3</sup> Uma análise mais detalhada sobre os monumentos e de onde foram retiradas todas as informações aqui presentes pode ser encontrada em Adriana Barreto de Souza, *Osório e Caxias: a memória militar que a república manda guardar*. In: *Varia História*. Nº 25. Belo Horizonte, UFMG, julho de 2001. p.231-251.

<sup>4</sup> Sobre a geração de militares que proclamou a república ver Celso Castro, *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1995.

<sup>5</sup> Joaquim Pinto de Campos, *A vida do Grande Cidadão Brasileiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1939. p.9.

<sup>6</sup> Celso Castro, *Entre Caxias e Osório*. Op.cit. P. 110.

<sup>7</sup> Sobre o projeto de história nacional produzido pelo IHGB ver Manoel Salgado Guimarães, *Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1: 5-27,1988.

<sup>8</sup> Sobre a política militar saquarema: Adriana Barreto de Souza, *O Exército na Consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1999.

<sup>9</sup> Uma análise das biografias pode ser encontrada em: Adriana Barreto de Souza: *Entre o mito e o homem: Caxias e a construção de uma heroicidade moderna*. In: *Locus: Revista de História*. vol.7, nº1. Juiz de Fora, UFJF, janeiro de 2001.p.93-106.

<sup>10</sup> Toda reflexão aqui realizada sobre memória baseia-se em Michel Pollak. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 3: 3-15,1989.

<sup>11</sup> Idem.

- <sup>12</sup> Joaquim Pinto de Campos, *A Vida do Grande Cidadão Brasileiro*. Op. cit. p.396.
- <sup>13</sup> Paulo Matos Peixoto, *Caxias: nome tutelar da nacionalidade*. Caxias: nome tutelar da nacionalidade. R.J., Edico, 1973. p.42.
- <sup>14</sup> Entre eles, é possível localizar até mesmo um texto de Silvio Romero, *O Duque de Caxias e a integridade do Brasil*. RJ, Laemmert, 1903.
- <sup>15</sup> Joaquim Pinto de Campos. Op.cit. p.36.
- <sup>16</sup> Vários biógrafos identificam uma certa genialidade em Caxias. Dentre eles, o mais enfático é Paulino Inácio Jacques, *Dois Gigantes do Civismo Brasileiro*. RJ, Forense, 1980.
- <sup>17</sup> Um trabalho que chama atenção para a inexistência de um exército brasileiro através de importante pesquisa empírica é o de Hendrik Kraay, *Race, State, and Armed Forces in Independence-Era Brazil*. Bahia, 1790s-1840s. Stanford, Stanford University Press, 2001.
- <sup>18</sup> O conceito de “configuração social” pensado em termos geográficos e profissionais tem orientado o trabalho de um grupo de pesquisadores europeus que procuram fundamentar o conceito desenvolvendo pesquisas empíricas sobre diversas cidades européias. Sigo aqui a discussão tal como tem sido apresentada por Maurizio Gribaudi em diversos trabalhos. Ver: GRIBAUDI, Maurizio. Les discontinuités du Social: un modèle configurationnel. In: LEPETIT, Bernard. *Les Formes de l'expérience*. Paris, Albin Michel, 1995. *Espaces, Temporalités, Stratifications: exercices sur les réseaux sociaux*. Paris, École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1998 e Escala, Pertinência e Configuração. In: REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas: a experiência da Microanálise*. RJ, FGV, 1998.
- <sup>19</sup> Uma tipologia é apresentada e discutida por Samuel Huntington, *O Soldado e o Estado*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1996 e por Alfred Vagts, *History of Militarism*. New York, The Free Press, 1959. Sobre os traços aristocráticos do exército português há um trabalho em andamento de Fernando Dores Costa do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Pode-se ter uma idéia desse trabalho através do artigo: Fernando Dores Costa, *O Bom uso das paixões. : caminhos militares na mudança do modo de governar*. In: *Análise Social*. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa, Quarta série, vol.XXXIII, no. 149, 1998. Os primeiros autores a apontarem esses traços no exército brasileiro foram José Murilo de Carvalho, *As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*. HGCB 9. São Paulo, Difel, 1978 e John Schulz. *O Exército na Política*. H.G.C.B. 6. São Paulo, Difel, 1974. Esse tem sido também um tema sobre o qual tenho trabalhado desde o mestrado: Adriana Barreto de Souza, *O Exército na Consolidação do Império*. Op.cit.
- <sup>20</sup> As reflexões de José Murilo de Carvalho em *A Construção da Ordem: a Elite Política Imperial*. Editora Universidade de Brasília, 1981 e *Teatro de Sombras: A política Imperial*. São Paulo, Vértice, 1988 e de Ilmar Matos em *O Tempo Saquarema. O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial*. São Paulo, Hucitec, 1990. sobre a construção do Estado Imperial brasileiro foram fundamentais na estruturação dessas reflexões.
- <sup>21</sup> Para acompanhar a carreira de oficiais generais do exército brasileiro ver: Alfredo Prettextato Maciel da Silva, *Os generais do Exército Brasileiro de 1822 a 1889*. Rio de Janeiro, Ed. Americana, 1906-1907 e J. Galante de Sousa, *Índice de Biobibliografia Brasileira*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1963.
- <sup>22</sup> O conceito de experiência é trabalhado aqui seguindo as reflexões de Norbert Elias em *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1994 e *Mozart: Sociologia de um Gênio*. Rio de Janeiro, Zahar, 1995. A aplicação dessa noção para pensar a formação de um grupo de elite política segue a discussão de Ilmar Matos, op. cit.